



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CRIMINAL
RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0012057-46.2017.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça (Violência Doméstica Contra a Mulher)**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Carlos Alberto de Lima Nunes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Roberto Raineri Simão**

Vistos.

CARLOS ALBERTO DE LIMA NUNES, portador do RG nº 28.390.450-SSP/SP, filho de Eduardo Candido Nunes e Maria Regina de Lima, nascido aos 04/04/1974, foi denunciado como incurso no artigo 147, cc. artigo 61, II, “e” e “f”, ambos do Código Penal, na forma da Lei nº 11.340/2006, porque, segundo a denúncia, no dia 03 de outubro de 2017, por volta das 19h47min, na Avenida Manoel de Abreu, Vila Sedenho, nesta cidade e Comarca, o acusado, em razão da relação íntima de afeto, ameaçou, por palavras e gestos, sua ex-companheira *Gislaine Patrícia Dioclesano da Cruz* de causar-lhe mal injusto e grave.

Consta da denúncia que, na data dos fatos, o denunciado, fazendo uso de seu automóvel, por diversas ruas desta cidade, perseguiu o veículo em que se encontrava a vítima, o filho do casal, e o atual companheiro dela, sempre fazendo menção de que estava armado, razão pela qual as vítimas, com receio e medo, resolveram se abrigar no motel onde *Gislaine* trabalhava.

Consta, porém, que ao saírem do local, novamente o veículo utilizado pelas vítimas passou a ser perseguido pelo acusado, que ali permaneceu de espreita, até que foi interceptado por ele e obrigado a estacionar. Neste momento, o denunciado desceu do automóvel e, com uma das mãos na cintura, indicando estar armado, passou a gritar com a vítima, dizendo que iria matá-la. Na sequência, colocou seu filho dentro do seu próprio veículo e, sem sair do local, passou a telefonar para sua advogada, continuando a proferir ameaças de morte contra a vítima, até a chegada da polícia que ali o prendeu em flagrante.

Preso em flagrante, a custódia cautelar foi substituída pela fiança no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a qual foi fixada dentro dos estritos parâmetros legais. Houve o recolhimento do valor da fiança e o réu posto em liberdade (fl. 71).

Representação às fls. 05.

A denúncia foi recebida em 14 de novembro de 2017 (fl. 78).

O réu foi devidamente citado (fl. 81) e ofereceu resposta à acusação (fls. 100/101).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

3ª VARA CRIMINAL

RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Durante a instrução processual, foi ouvida a vítima, 02 (duas) testemunhas de acusação e, por fim, interrogado o réu.

Em debates, o Dr. Promotor de Justiça pugnou condenação nos termos da denúncia. Em contrapartida, requer a Defesa a absolvição, por ausência de dolo específico.

É o relatório.

FUNDAMENTO E DECIDO.

A presente ação penal não merece ser acolhida.

As provas trazidas aos autos não demonstraram que o réu cometeu a infração penal que lhe foi imputada na denúncia.

Com efeito, não há nenhum registro testemunhal da suposta ameaça perpetrada pelo acusado à suposta vítima.

A vítima afirmou que estava indo até seu trabalho buscar alguns pertences, juntamente com seu filho, seu atual companheiro e um casal de amigos, quando avistou que o acusado lhe perseguia pela rodovia. Ao deixarem o local, notou que o réu estava parado em uma chácara próxima ao local, momento em que ele teria interceptado a trajetória do veículo em que ela estava, forçando, assim, sua parada. Logo após, afirmou que o acusado retirou seu filho do carro para que com ele fosse embora e lhe proferiu ameaça de morte. Entretanto, ao ser indagada pelo Defensor sobre quais eram as intenções do réu no dia dos fatos, a vítima afirmou que ele apenas queria levar o filho consigo e que pediu a ela que voltasse para casa.

Note-se, portanto, que sua versão mostrou-se um tanto quanto inconsistente. Ademais, sua palavra não pode, isoladamente, amparar uma condenação criminal, devendo ser confirmada por outros elementos de prova, que, no caso, inexistem.

Pois bem.

A primeira testemunha ouvida, *Anderson da Silva Ramos*, atual companheiro da suposta vítima, pouco esclareceu sobre o caso, limitando-se a dizer que o réu havia simulado que possuía uma arma.

O policial militar *Sílvio Carlos Souza Júnior*, ouvido em juízo, relatou que compareceu ao local dos fatos para atendimento da ocorrência. Afirmou que a vítima lhe relatou que o acusado estava a lhe perseguir. Informou que os carros estavam regularmente estacionados e que o réu alegou estar ali para buscar o filho. Relatou, por fim, que em nenhum momento a vítima alegou ter sofrido qualquer ameaça verbal por parte do réu.

Nesse contexto, oportuno registrar ser cediço que o problema da violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil é endêmico e deve ser duramente combatido. Contudo, o enfrentamento a essa grave mazela social não pode se dar por meio da supressão de direitos fundamentais básicos, especialmente a garantia do estado de inocência do acusado no processo penal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

3ª VARA CRIMINAL

RUA LIBANEZES 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O acusado afirmou que não ameaçou a vítima e que apenas a seguiu para garantir a de exercício regular de direito que ostentava como guardião da criança, filho em comum da suposta vítima e dele.

A guarda do menor em favor do acusado foi determinada no processo nº 1007480-08.2017.8.26.0037, que tramitou no r. Juízo da 1ª Vara de Família e Sucessões desta Comarca, sendo que na data dos fatos, o réu era o guardião da criança.

Nem mesmo o atual companheiro da vítima, que estava com ela no carro, afirmou quais as ameaças que teriam sido feitas pelo acusado em relação a ela, no dia e no momento dos fatos,

Portanto, a absolvição é medida que se impõe.

Diante do exposto e considerando tudo o mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE** a presente ação penal que a Justiça Pública move contra **CARLOS ALBERTO DE LIMA NUNES**, portador do RG nº 28.390.450-SSP/SP, filho de Eduardo Candido Nunes e Maria Regina de Lima, nascido aos 04/04/1974, e o **ABSOLVO** da imputação contida no artigo 147, *caput*, do Código Penal, c/c o art. 61, II, "f", ambos do Código Penal, com espeque no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

Transitada em julgado, arquivem-se os autos, com as anotações de praxe.

P.R.I.C.

Araraquara, 25 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**